

UM GRITO NO AR

Comunicação e Criminalização dos
Movimentos Sociais



Organizadoras

Elen Geraldes
Janara Sousa
Ruth Reis
Vanessa Negrini



Universidade de Brasília



Um grito no ar

Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais

Organizadoras

Elen Cristina Geraldês | Ruth de Cássia dos Reis

Janara Kalline Leal Lopes de Sousa | Vanessa Negrini



Copyright © 2017 by FAC-UnB

Foto Capa Daniel Castellano (Gazeta do Povo)
Agradecimentos Ângela Alves Machado
Diagramação LaPCom
Apoio Lizely Borges



FACULDADE DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – FAC-UNB

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Via L3 Norte, s/n - Asa Norte,
Brasília - DF, CEP: 70910-900, Telefone: (61) 3107-6627
E-mail: fac@unb.br

DIRETOR
Fernando Oliveira Paulino

VICE-DIRETORA
Liziane Guazina

CONSELHO EDITORIAL EXECUTIVO

Dácia Ibiapina, Elen Geraldes, Fernando Oliveira Paulino, Gustavo de Castro e
Silva, Janara Sousa, Liziane Guazina, Luiz Martins da Silva.

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (NACIONAL)

César Bolaño (UFS), Cíclia Peruzzo (UMES), Danilo Rothberg (Unesp), Edgard
Rebouças (UFES), Iluska Coutinho (UFJF), Raquel Paiva (UFRJ), Rogério Christofolletti
(UFSC).

CONSELHO EDITORIAL CONSULTIVO (INTERNACIONAL)

Delia Crovi (México), Deqiang Ji (China), Gabriel Kaplún (Uruguai), Gustavo
Cimadevilla (Argentina), Herman Wasserman (África do Sul), Kaarle Nordestreng
(Finlândia) e Madalena Oliveira (Portugal).

SECRETARIA EDITORIAL

Vanessa Negrini

Catálogo na Publicação (CIP)
Ficha catalográfica

S725m

Um grito no ar – Comunicação e Criminalização dos Movimentos Sociais /
organizadores, Elen Cristina Geraldes... [et al.] – 1. ed. – Brasília: FAC-UnB, 2017.
344 p.; 21,59x27,94cm.

ISBN 978-85-93078-24-8

1. Comunicação. 2. Movimentos sociais. I. Título.

CDD: 305.4

CDU: 305-055.2

DIREITOS CEDIDOS PARA ESTA EDIÇÃO PARA A FAC-UNB.
Permitida a reprodução desde que citada a fonte e os autores.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
ALEXANDRE MARCELO BUENO.....	9
MOVIMENTOS SOCIAIS E SEUS SIMULACROS	
ANA JÚLIA RIBEIRO	26
A MÍDIA QUER NOS COLOCAR PARA BAIXO	
ANINHO MUCUMDRAMO IRACHANDE	30
IDENTIDADE, REIVINDICAÇÕES E DIÁLOGO	
BEATRIZ VARGAS RAMOS GONÇALVES DE REZENDE	34
EM DEFESA DA REGULAÇÃO DA MÍDIA	
BRUNELA VINCENZI.....	47
PELAS NARRATIVAS DOS REFUGIADOS	
CARLA CERQUEIRA.....	52
MARCAS DA DITADURA EM PORTUGAL	
CAROLINE KRAUS LUVIZOTTO	59
LUTA ÁRDUA, PENOSA E DURADOURA	
CICILIA M.KROHLING PERUZZO	65
MOVIMENTOS POPULARES ENTRE A OMISSÃO, A SUPERFICIALIDADE OU A CRIMINALIZAÇÃO DA MÍDIA	
CLAUDIA SANTIAGO GIANNOTTI	71
SÍNDROME DO PENSAMENTO ÚNICO	
DÁRIO BOSSI.....	76
DIREITOS AMBIENTAIS SÃO DIREITOS HUMANOS	
DEOLINDA CARRIZO	90
A IMPORTÂNCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	
EDNA CALABREZ MARTINS.....	94
ENFRENTAMENTO DA INVISIBILIDADE DAS MULHERES	
ERIKA CAMPELO.....	108
DESCONSTRUÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS SOBRE AS MINORIAS	
FRANCESCA GARGALLO.....	119
FEMINISMO COMO AÇÃO POLÍTICA	
FREI SERGIO ANTONIO GÖRGEN	134

TEMOS UMA CAUSA E NELA ESTÁ A NOSSA FORÇA	
GIOVANNI FELIPE ERNST FRIZZO	142
VALORIZAÇÃO DA IMPRENSA CONTRA-HEGEMÔNICA	
JOSÉ CARLOS DO NASCIMENTO GALIZA	150
CONVENCER A SOCIEDADE DE QUE NOSSAS PAUTAS SÃO VÁLIDAS	
JOSÉ VALDIR MISNEROVICZ	157
VALE A PENA LUTAR E SE ORGANIZAR	
KEILA SIMPSON	166
CIDADANIA DAS PESSOAS TRANS	
LAM MATOS	173
PRESSA DE VIVER DE FORMA DIGNA	
LYDIA ALPIZAR	179
DEFENDER AS DEFENSORAS DOS DIREITOS HUMANOS	
MÁRCIO ZONTA	193
EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA	
MARCOS WILLIAN CAMPOS DE OLIVEIRA	197
QUEBRANDO A BLINDAGEM DA MÍDIA TRADICIONAL	
MARIA EDUARDA DA ROCHA MOTA	206
TRABALHO DE BASE E SOCIALIZAÇÃO POLÍTICA	
MARIA LUCIA LOPES DA SILVA	217
RESISTÊNCIA AO PROJETO NEOLIBERAL	
MARINA POGGI	232
LA SOCIEDAD EN RED ACTUALIZA LOS MOVIMIENTOS SOCIALES E SUS LUCHAS	
MIGUEL STEDILE SOLANGE ENGELMANN IRIS PACHECO	242
COMUNICAÇÃO E ORGANICIDADE DO MST	
MÔNICA CUNHA	259
NÃO SE PODE MATAR NOSSOS FILHOS E NOS MANTER CALADAS	
OMAR CERRILLO GARNICA	265
ATIVISMO DIGITAL NO MÉXICO	
PRISCILA GAMA	272
AÇÕES AFIRMATIVAS CONTRA O RACISMO	
RAFAEL FORTES	277

AI DE QUEM QUEBRAR A VIDRAÇA DE UM BANCO	
RENATO JANINE RIBEIRO	288
A POLÍTICA PRECISA DE DIÁLOGO	
ROMERO JÚNIOR VENÂNCIO SILVA	298
A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES SERÁ PRÓPRIA DOS TRABALHADORES	
ROUSILEY CELI MOREIRA MAIA	305
DESAFIOS DOS ATIVISTAS EM AMBIENTES SOCIAIS INTERCONECTADOS	
TÂNIA CRISTINA CRUZ	311
HOJE É MAIS DIFÍCIL DILUIR OU VIOLENTAR DIREITOS POPULARES	
TÂNIA MARIA SILVEIRA	316
QUALQUER GRITO NO AR É UM INCENTIVO	
THIAGO APARECIDO TRINDADE	325
MOMENTO DE REARTICULAÇÃO E REAGRUPAMENTO DA ESQUERDA	
VAGNER FREITAS	337
SER VISÍVEL É QUESTÃO CENTRAL	
A CAPA	342
AS ORGANIZADORAS	343

“E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasce da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos”,

PAULO FREIRE (Pedagogia do Oprimido)

“É necessário ainda avançarmos no debate sobre o significado da liberdade de imprensa em um país com tantas desigualdades sociais.”

MARIA LUCIA LOPES DA SILVA

Resistência ao projeto neoliberal

Anderson Cavalheiro da Luz¹

Assistente Social e professora adjunta da Universidade de Brasília/UnB, possui pós-doutorado em Planejamento e Gestão de Políticas Sociais pela Università degli Studi di Milano – Bicocca/Itália, onde esteve no último ano acompanhando as lutas e manifestações dos trabalhadores italianos, principalmente em defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários. Com passagem pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), GEAP - Fundação Social autogestão em saúde, e em outros órgãos no âmbito da seguridade social, é revisora de cinco periódicos, já recebeu prêmios, dentre os quais, Pesquisador Parceira da Imprensa 2012 e Prêmio Capes de Teses 2012. É autora de três livros, diversos artigos e mais de 60 publicações de trabalho, tendo se tornado um dos nomes mais reconhecidos no Serviço Social brasileiro, principalmente por sua discussão referente a previdência social e população em situação de rua. Obteve destaque ainda pela atuação no Conselho Regional de Serviço Social - MA/PI, no Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e participação na direção de sindicatos de base, federação de sindicatos dos previdenciários e central sindical.

¹ Assistente social do Instituto Nacional do Seguro Social e doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Discute temas ligados as manifestações de rua, movimentos sociais, redes sociais, políticas sociais/previdência social e direito a cidade. E-mail: anderson.caluz@gmail.com

Qual o papel dos Movimentos Sociais na atualidade? Houve mudanças nos últimos tempos?

É necessário compreender que os movimentos sociais sofrem determinações históricas conjunturais e estruturais. Em período de crise estrutural do capital estas determinações são mais acentuadas. Então, pode-se dizer que, a partir desta crise estrutural do capital, que se manifestou no início dos anos 70 do século passado, com aprofundamento a partir de 2008, houve em um primeiro momento, o arrefecimento das lutas em função da desestruturação do trabalho, expressa pelas elevações dos índices de desemprego, grande número de demissões, rebaixamento do valor real dos salários, rotatividade no emprego, redução dos contratos por tempo indeterminado e introdução do trabalho parcial e temporário. Nesse contexto, especialmente, o movimento sindical, perdeu em número de sindicalizados e reduziu sua capacidade de pressão. Esse refluxo dos movimentos sociais iniciou a partir das décadas de 1970 e 1980, em diversas partes do mundo, principalmente nos países do capitalismo central.

No Brasil, nota-se a retração das lutas sindicais no final da década de 1980, sobretudo em categorias como os bancários e metalúrgicos, em decorrência da reestruturação produtiva que atingiu primeiramente estas categorias. Porém, esta retração tornou-se mais notória na segunda metade da década de 1990, quando a reestruturação produtiva e a privatização de empresas estatais aprofundaram-se e as condições de trabalho tornaram-se mais precárias, sendo que então, o desemprego chegou a índices altíssimos e a instabilidade no emprego cresceu. Estes aspectos tornaram-se limitadores da ação sindical. É preciso lembrar que, paralelamente à redução das lutas, tem-se uma redução do número de sindicalizados que perdurou até o final dos anos de 2004, início de 2005 quando são retomadas as sindicalizações.

Agora, nos últimos dois anos, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realizou uma pesquisa sobre a situação do movimento sindical, por encomenda de algumas entidades sindicais, a qual mostrou um crescimento do número de sindicalizados. A partir de 2014 nota-se também o aumento da quantidade de greves por categorias e manifestações políticas, que culminaram neste ano de 2017, na greve geral de 28 de maio, em defesa dos direitos trabalhistas e previdenciários e pelo “fora Temer”.

Todavia, além da quantidade de participantes e das lutas desenvolvidas, na atualidade, percebe-se uma reorientação geral no que tange a concepção e estratégias de atuação desses movimentos. Se, na década de 1980, tinha-se um movimento sindical, combativo, de massas, classista, de luta, organizado a partir da base, representado principalmente pela Central Única dos Trabalhadores - CUT, criada em 1983, que aglutinava diversas forças de esquerda e tentava combinar as lutas por interesses imediatos com a luta mais geral pelo socialismo, em anos recentes, o quadro mudou. Tem-se um movimento mais fragmentado, disperso e que conduz suas lutas a partir de visões ideológicas muito diferentes. São, ao todo, sete centrais sindicais, grande parte atuando e apostando na aliança entre classes de interesses opostos, com base no

sindicalismo de resultados. São poucas as centrais que assumem uma perspectiva de esquerda, no sentido real da palavra de questionar a sociedade capitalista e de não ater-se ao politicismo, com base em interesses imediatos. Essa situação tem uma multiplicidade de determinantes. Sem dúvida, o contexto de crise estrutural do capital e outros fatos de grande repercussão internacional como a queda do Muro de Berlim, a derrocada do chamado socialismo real do leste europeu, as experiências de sindicalismo colaborativo, conciliadores nos países que elegeram a socialdemocracia como referência, repercutiram nas mudanças de rumos e na divisão do movimento sindical no Brasil.

Além disso, a experiência de governos Lula e Dilma, que adotaram práticas de cooptação e/ou criminalização desses movimentos reforçaram esse sindicalismo conciliador, como aconteceu com a CUT que perdeu a sua perspectiva de movimento sindical de classe, autônomo e independente, que combinava lutas específicas com lutas por uma sociedade libertaria, para assumir uma visão mais conciliadora e reformista. Outras centrais surgiram como, Central Sindical e Popular – CSP Conlutas –, que assume essa perspectiva de combatividade, autonomia e independência, negando a colaboração de classes. Mas, a grande maioria das demais, assume uma visão bem conciliatória. Assim, do ponto de vista da organização, têm-se hoje no Brasil, sete centrais sindicais, que demonstram visões diferenciadas. Isso dificulta as lutas unificadas e fortalecimento dos movimentos.

Contudo, no contexto da grave crise política no Brasil que se aprofundou com o Impeachment da Presidente Dilma, em agosto de 2016, e também, nos meses de março, abril e maio de 2017, visualiza-se o esforço das centrais sindicais por uma maior unidade na luta, respeitando-se a diversidade de ideias. Assim, embora existam dois blocos, mais ou menos polarizados, que são a FPSM (Frente Povo Sem Medo), e a FBP (Frente Brasil Popular), no que concerne à chamada esquerda brasileira, estas frentes conseguiram construir os dias de luta mais massificados dos últimos anos no país, como o 8 de março, o 15 de abril, a greve geral do dia 28 de abril e o grande ato do dia 24 de maio, denominado Ocupa Brasília, com mais de 150 mil pessoas presentes. Todos os atos tiveram como eixo de unificação, o Fora Temer, não às contrarreformas trabalhistas e previdenciárias e eleições diretas já.

Pode-se dizer então, que os movimentos sociais estão em grande ascensão neste momento. Mesmo num contexto de crise estrutural do capital que atinge várias dimensões, vive-se um momento diferenciado, no contexto de expansão das lutas. Se no início da crise estrutural do capital, viveu-se um arrefecimento das lutas, agora, em seu aprofundamento, tem-se o fortalecimento desses movimentos. A crise política, como uma das dimensões da crise do capital está favorecendo a reorganização e fortalecimento do movimento sindical. Do ponto de vista de outros movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Movimentos dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e os movimentos em defesa do meio ambiente, feministas, da população LGBT, igualdade racial, de indígenas, da população em situação de rua (MNPR), dos catadores de materiais recicláveis (MNCR), e movimento estudantil (ME), percebe-

se que no Brasil, nesta conjuntura nefasta, estes tem tido um crescimento e visibilidade substancial, embora possuam origens e trajetórias diversas entre si e em relação ao movimento sindical.

O fim da ditadura militar favoreceu o surgimento ou reorganização de parte destes movimentos sociais a partir da década de 1980, como é o caso do MST, do ME, entre outros. Todavia, alguns são mais recentes, como o MNCR e MNPR. Mas, independentemente de trajetórias diversas, percebe-se hoje, um avanço do ponto de vista da participação dos movimentos sociais em atividades específicas ou conjugadas, pleiteando uma sociedade justa e igualitária do ponto de vista social, em que a pessoa possa se desenvolver com suas diferenças humanas e realizar-se plenamente, de modo livre. Assim, nesta conjuntura adversa, diante de outros elementos que desgastam o governo Temer, como as denúncias de corrupção, as propostas destrutivas dos direitos sociais, nota-se, principalmente nos últimos dois meses, uma nova esperança nascendo a partir de uma reação ofensiva dos movimentos sociais e, o governo que parecia intocável, encontra-se acuado.

As contrarreformas que pareciam impossíveis de serem contidas, sofreram uma desaceleração, os movimentos sociais, que pareciam estanques em seus mundos isolados, começam a se articular e construir estratégias de enfrentamentos conjugadas. Nota-se também uma discussão mais presente nos partidos de esquerda sobre revolução e as estratégias revolucionárias a serem adotadas. Assim, ainda que o campo marxista-leninista ainda preserve o partido como o ator central no processo de revolução, o debate mais geral, aponta para uma imprescindível aliança estratégica com os movimentos sociais. Da mesma forma há uma importante discussão sobre a necessidade de se avançar na construção de estratégias que aponte para o respeito a identidade de gênero, orientação sexual e igualdade racial.

Eu compreendo esses debates e iniciativas de unidade dos movimentos na luta, respeitando a diversidade de ideias, como um grande avanço. Todavia, esse grande avanço não significa uma solidez dessa estratégia. O importante é que há uma resposta mais unificada por parte dos movimentos sociais em uma conjuntura adversa as classes trabalhadoras. Em um contexto de crise, adverso aos trabalhadores, existe um debate e iniciativas em curso por parte dos movimentos sociais que podem trazer conquistas e também novas relações estratégicas entre eles, em defesa de direitos essenciais. Além disso, nota-se mais publicações sobre essa temática, mais pessoas interessadas em fazer pesquisas, em analisar questões que envolvem os movimentos sociais e suas lutas. Tudo isso impõe aos próprios movimentos sociais a necessidade de se redefinirem, de se (re)construírem e de buscarem articulação com aqueles setores ou movimentos com os quais possuam maior identidade, em favor de direitos ameaçados. Essa perspectiva aponta para um maior fortalecimento das lutas e dos próprios movimentos sociais. Portanto, houve e há mudanças em curso em relação aos papéis dos movimentos sociais no Brasil.

E na Itália, como os Movimentos Sociais tem se apresentado?

Na Europa como um todo, existe um amadurecimento maior sobre a atuação e diversidade dos movimentos sociais. Embora tenham surgido novos desafios e movimentos. Percebe-se, por exemplo, a situação dos refugiados árabes que envolvem toda a Zona do Euro, como algo novo, mas não há um movimento que seja propriamente dos refugiados, mas sim, de pessoas, entidades, organizações internacionais que defendem melhores condições de recepção dos refugiados nos diferentes países. O movimento sindical sofreu arrefecimento das lutas, mas começa a demonstrar uma reação mais contundente, que levou, por exemplo, a recente greve geral na França, em defesa de direitos trabalhista.

No que concerne especificamente à Itália, percebe-se que este país teve uma redução da atuação dos movimentos na década de 1980, contudo é um país com grande amadurecimento político do ponto de vista do movimento sindical. Tem uma história longa, de luta e com um processo de organização e um número de sindicalizados muito maior, comparativamente ao Brasil e até mesmo a outros países da Europa. Isso faz a diferença, mesmo nesse momento de crise do capital que atinge profundamente o país, com elevado endividamento público e nível de desemprego. O processo de sindicalização da Itália é diferente no que concerne ao Brasil, a experiência de contrato coletivo de trabalho e mesa de negociação iniciada desde 1970 estimulou bastante a adesão aos sindicatos. Mas, essa experiência foi interrompida há seis anos e está desafiando as centrais sindicais mais representativas (CGIL, CISL e UIL) a definirem estratégias de lutas conjugadas para enfrentarem os desafios conjunturais com mais força. Isso aconteceu no ano passado, em que definiram uma campanha nacional de lutas, em defesa dos direitos previdenciários e trabalhistas, que levou estas centrais a desencadear grandes mobilizações e manifestações de ruas, agendas de negociações com o governo, especialmente uma luta importante contra o “voucher” trabalho e contra a Lei Fornero de contrarreforma da previdência social.

Além disso, a CGIL, principal central sindical, construiu e apresentou ao governo a “carta dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras italianas” debatida em diversas assembleias de trabalhadores em toda a Itália. Todavia, o ponto de unidade das centrais é a retomada da mesa de negociação. Do ponto de vista dos outros movimentos, tem-se importantes movimentos e frentes de lutas em defesa do meio ambiente, em defesa da igualdade de gênero no trabalho, dos interesses dos refugiados, entre outros. Assim, também ali há uma retomada dos movimentos sociais. Todavia, o movimento sindical é aquele de maior expressão naquele país.

Poder-se-ia dizer que no período do governo Lula houve uma retração dos Movimentos Sociais, e na atual conjuntura de crise política, estes mesmos movimentos estão retomando um papel de destaque nas mobilizações e lutas, mesmo com toda a criminalização que tem se dado?

Do ponto de vista político, existiu uma retração dos movimentos sociais independentemente das relações diretas com o Estado, como já foi dito. No que concerne ao período do governo Lula, o que houve, foi sim, uma relação de cooptação dos movimentos sociais, principalmente no que se refere ao movimento sindical representado pelo CUT e a alguns outros movimentos, como o MST, que é um dos movimentos mais respeitados internacionalmente.

O MST sofreu uma grande determinação dessa política de cooptação, da qual começou a se libertar somente no final do governo Dilma. Mas durante os dois mandatos do governo Lula, este foi um movimento de muita sustentação às políticas de governo do Partido dos Trabalhadores. O governo Lula teve, por um lado, essa política populista de cooptação dos movimentos sociais, e por outro lado, apresentou ao mesmo tempo, uma política de perseguição e criminalização. Claro que não se pode comparar a Era Lula, ou até mesmo Dilma, com as perseguições ocorridas aos movimentos sociais nos governos militares ou de FHC (Fernando Henrique Cardoso), que foram muito maiores. E também se a comparação for feita com o governo Temer pode-se perceber que, a repressão é muito maior, mas isso não isenta os governos petistas de terem adotado políticas de negação, cooptação e/ou de criminalização dos movimentos. Percebe-se que movimentos como a CUT ou o MST, ficaram na sua relação com o Estado, muito subservientes.

E agora, nesta conjuntura desafiadora, estes mesmos movimentos estão tendo que reagir no enfretamento com o Estado. É preciso identificar que autonomia e independência são duas coisas fundamentais dentro dos movimentos sociais, e a Era Lula fez com que esses fatores fossem fragilizados. Todavia, o momento atual é de reação, de maior nitidez sobre o que representou o governo Lula não só em relação aos trabalhadores, mas também, em relação a sua aliança com setores estratégicos do grande capital. Um pacto em nome da redução dos efeitos da crise, baseado no incentivo ao consumo, nas renúncias tributárias, formação de superávit primário para assegurar os compromissos com a dívida pública, o que implicou em endividamento dos trabalhadores, fragilização das políticas sociais universais e supervalorização dos programas de transferência de renda em detrimento de políticas mais consistentes e estruturais.

Porém, diante do impeachment e do controverso governo Temer, nota-se a crescente defesa do “volta Lula”, entonada, inclusive pelos movimentos sociais. É um momento nebuloso em relação aos destinos do país, porém, o importante é que os movimentos sociais estão reagindo e buscando saídas de modo mais articulados.

No mundo todo, tem-se um avanço da onda conservadora amparada nos discursos de anti-imigração, racismo, xenofobia. Essa propagação de discursos de ódio também está amparada por grupos ou movimentos sociais nacionalistas, que envolvem questões de raça, território e religião. Como você entende esse avanço que por sinal, é defendido pela extrema direita de vários países?

Entendo que tanto os movimentos de direita quanto de esquerda sofrem com determinações do contexto, do ponto de vista histórico, econômico, cultural e político. Seja no sentido de redefinir suas perspectivas, ou de fortalecer as perspectivas na defesa daquilo que eles acreditam. É sabido que os movimentos de direita ganharam um peso muito grande nos últimos tempos. Na minha avaliação, essas determinações nascem no centro da crise do capital, em que diante da tendência de queda da taxa de lucro, o capital buscou adotar estratégias para manter sua lucratividade em níveis satisfatórios. Assim o capital começou a pressionar o Estado para defender os seus interesses e este por sua vez, submeteu-se a muitas destas pressões. E uma das pressões mais vitais foi o projeto neoliberal que se estruturou desde 1975 com o governo de Pinochet no Chile e depois ganhou peso a partir das investidas dos governos da Inglaterra, Margaret Thatcher, e dos Estados Unidos, Ronald Reagan, na década de 1980. Então, em que isso influenciou? O projeto neoliberal é claramente um projeto, ou seja, ele não é unicamente formas e diretrizes econômicas ou perspectiva ideológica, ou ainda uma perspectiva política. Ele é um projeto social que se estrutura a partir da visão de que o mercado tem que ser autorregulado, sem interferências do Estado por meio de regulações que afetem a chamada “lei da oferta e da procura” e que as pessoas devem buscar o seu bem-estar nesse mercado. Segundo a visão neoliberal, cada pessoa deve fazer isso de forma individual, competindo, concorrendo com outras pessoas, supervalorizando a meritocracia.

O individualismo difundido por este projeto se fortalece muito, da mesma forma que a liberdade passa a ser vista como uma ameaça, sob o jargão “a liberdade de um termina onde começa a do outro”. Assim, quando se coloca que “a minha liberdade vai até onde começa a do outro”. Nesse contexto, percebe-se o ressurgimento e expansão dos movimentos xenofóbicos, homofóbicos e racistas. Portanto, em minha compreensão, durante estes 42 anos, desde 1975, o projeto neoliberal ganha corpo. E é, principalmente, essa geração de jovens e adultos de até 40 anos, que está no comando dos movimentos xenofóbicos, absolutamente conservadores. Eles, foram influenciados nas relações com os pais, com a escola, com os meios de comunicação, etc.

Então eu costumo dizer que o neoliberalismo não foi eficiente no que ele prometeu de bom que se seria alcançado por meio da privatização das empresas estatais e do desmantelamento de todas as políticas sociais. Nisso ele não foi eficaz, e não seria mesmo. Nós já sabíamos que aquilo que ele tinha prometido não teria eficácia. Mas ele foi muito eficaz na impregnação do individualismo e das práticas conservadoras em defesa da propriedade privada e do mercado como “os salvadores” da humanidade. Daí nascem essas visões conservadoras e reacionárias. Portanto, o fortalecimento dessa perspectiva conservadora, racista, xenofóbica, é que leva a

criminalização daqueles que defendem o respeito à diversidade, porque são e agem de modo diferente, tendo essa raiz na crise estrutural do capital e nas estratégias neoliberais para reduzir os seus efeitos, especialmente no que concerne à manutenção do lucro dos capitalistas em níveis satisfatórios a estes.

Um Estado forte na defesa dos interesses do capital e omissos na defesa dos interesses dos trabalhadores ganha corpo, tendo como consequência o desmantelamento das políticas sociais, a privatização das empresas estatais e a mercantilização da vida. Nesse contexto, a reestruturação produtiva, com as mudanças dos métodos e processos de trabalho, baseados nas tecnologias avançadas, na competitividade e concorrência, além de provocar o desemprego em grande escala, compromete a solidariedade entre os trabalhadores, a partir do local de trabalho. A política de pessoal estimulada, baseia-se, no desempenho individual e de grupo de pessoas, com base na meritocracia. Assim vale o “te vira” e o “não me atrapalha o crescimento e progressão” diante do que cada um tem que mostrar o tempo inteiro que é o bom, o melhor, em uma permanente competição com o outro, o qual é sempre visto como um oponente, sendo jamais um companheiro. Isso ocorre tanto no Brasil quanto em outros países. É uma verdadeira negação do outro como ser social. Não há respeito a diversidade, não há tolerância, muito menos reconhecimento e valorização do outro. Isso está presente em todas as dimensões da vida, não apenas no trabalho.

E o movimento de esquerda também sofreu com isso. Sofreu porque foi se diluindo, como resistência. Sofreu porque, grande parte, deixou de acreditar na radicalidade para alterar a estrutura da sociedade, e ficou mais nas defesas superficiais. Sofreu porque deixou-se cooptar pelo populismo governamental. Assim, vive-se um movimento complexo, com o crescimento de movimentos de direita e com os movimentos de esquerda ainda fragilizados. Mas, a minha esperança, é que os movimentos de esquerda retomem o seu lugar de luta e radicalidade, no sentido de ir a raiz das coisas para modifica-las. Pelo menos nisso, neste momento atual, o aprofundamento da crise em suas dimensões política, econômica e social está sendo positiva, por provocar esta reação dos setores mais à esquerda.

O individualismo presente na sociedade contemporânea também contribui para determinadas formas de insatisfação. Nesse sentido, as ruas estão permeadas pelas mais diversas lutas, seja no âmbito político, religioso, social, econômico, cultural, de gênero e raça. Você acredita que podemos chamar essa ida as ruas de movimentos sociais?

Veja, os movimentos sociais têm uma estrutura organizativa mínima, uma pauta de lutas e/ou programa de atuação definido, uma história de atuação. Não surgem do nada. Mas, de condições iguais adversas a uma coletividade, que se organiza em busca de respostas e/ou construção de alternativas. Assim, por exemplo, pode-se conceber como um movimento social, o MST, que tem

uma trajetória de luta em defesa da reforma agrária, que implica propriedade e posse da terra e condições de torná-la produtiva; o movimento dos sem-teto, que reivindica uma política habitacional acessível a todos os que necessitam de moradia; o movimento em defesa da demarcação de terras indígenas que tem atuação para além dos próprios indígenas, envolvendo uma série de outras instituições, entidades e de grupos que defendem essa demanda, visto que as questões indígenas perpassam a questão cultural, territorial, religiosa, de saúde. Para fortalecer suas lutas, estes fazem um chamamento às ruas, àqueles que se identificam com eles.

Todavia, tem aqueles que irão às ruas somente para um apoio momentâneo, por curiosidade, para conhecer ou mesmo para atrapalhar. Uma multidão sem propósitos bem definidos nas ruas não significa que todos sejam identificados com movimentos sociais. As jornadas de 13 de junho de 2013 são exemplos. No que se refere às religiões, a situação é diversa. As igrejas se proliferaram muito no mundo, com destaque para o Brasil, neste contexto de crise. Todavia, eu não reconheço as igrejas como movimentos sociais. Vejo como instituições sociais que disputam uma visão de mundo, uma direção de vida. Em geral elas têm uma estrutura hierárquica muito sólida e pesada, apesar de algumas serem mais flexíveis, não se confundem com movimentos sociais. Estes assumem uma perspectiva diferenciada, quase sempre são direcionados para lutas e processos que promovem a expansão e desenvolvimento político, cultural e social de seus integrantes, enquanto, as igrejas, em minha opinião, limitam a capacidade das pessoas de se expandirem, porque elas, em geral, “controlam” seus adeptos por meio de ritos e compromissos assumido em relação a “fé” e ao “divino”.

A fé, por vezes, termina por atribuir a outro ser fora de você a solução de seus problemas e isso tende a inibir as pessoas de colocarem-se na luta para buscarem soluções por elas próprias. Isso, em minha opinião, pode ser um entrave à expansão e desenvolvimento das pessoas. Mas, é óbvio que existem movimentos que nascem a partir dessas situações, como os movimentos de renovação das igrejas. Todavia, as igrejas e religiões em si, em minha opinião, não se caracterizam como movimentos sociais, ainda que possam reforçá-los em determinados momentos.

No que se refere aos movimentos de direita, já falamos um pouco sobre sua expansão neste contexto de crise. No Brasil, o Movimento Brasil Livre (MBL), assumidamente de direita, ultraconservador, é um movimento que vai para as ruas, em nome do “combate à corrupção”, mas na realidade assume uma posição de contraposição aos movimentos de esquerda, que defendem os direitos sociais, as liberdades individuais e coletivas, o respeito à diversidade, etc. Não se percebe o MBL questionar nada sobre as reformas trabalhistas ou previdenciárias. Ele procura ganhar a população com suposta defesa do combate a corrupção. Todavia, sabe-se que não há acumulação de capital sem corrupção. A história do capitalismo é marcada pelas histórias de corrupção. Se você for estudar as revoluções de 1848, perceberá que já tinha uma discussão contra as monarquias sobre os processos de corrupção. Então, o que há na cena política na atualidade em relação aos movimentos sociais é uma polarização associada ao projeto liberal ou ao combate deste projeto, conquanto também, há um grupo disperso no meio desse embate.

O Brasil tem levado pessoas às ruas a mais de um século, seja em manifestações, movimentos sociais, paralisações, revoltas, que ficaram historicamente conhecidas e demarcadas no tempo e na construção da sociedade brasileira. Como os Movimentos Sociais são noticiados pela imprensa do seu país? Há diferenças entre os veículos?

No Brasil, como em outros países, o que será divulgado pela imprensa, dependerá da correlação de forças e de quem controla os meios de comunicação, que em geral, formam carteis controlados pelo grande capital. Assim, os movimentos que contestam os interesses do capital não terão espaço midiático. Às vezes se tem a visão de que a imprensa, os jornalistas que trabalham para as mídias, são independentes, não o são. Não existe neutralidade nesse campo também. Então, eu acho que a mídia livre, autônoma é uma necessidade, porém isso só ocorrerá no processo de mudança profunda da sociedade.

Todavia, a mídia ocupa lugar importante nas mobilizações sociais. Por isso, os movimentos estão investindo cada vez mais na mídia alternativa, como as redes sociais. Pois a grande mídia controlada pelo capital deturpa e deprecia as informações. Por exemplo, se eu não estivesse presente na luta real e dependesse de informações da Rede Globo, por exemplo, sobre o Ocupa Brasília no dia 24 de maio, eu não teria visto quase nada do que ocorreu ali, porque a Rede Globo mostrou somente aquilo que lhe interessava mostrar. Ressaltou especialmente, o que poderia depreciar a manifestação e os manifestantes.

Sim, nós temos hoje uma forma totalmente diferenciada na relação das comunicações com os movimentos sociais e a sociedade. Mas você visualiza a imprensa e a comunicação como fatores que tem contribuído positivamente para esse processo de manifestação política? Ou temos pontos negativos nessa nova era informacional?

A comunicação, principalmente, aquela televisiva tem ainda um peso muito grande para parte da população que não tem acesso a internet ou as redes sociais. E esses meios têm um papel fundamental, inclusive para os movimentos sociais organizados, seja nas suas convocações, ou nas mobilizações. Mas, cada vez mais busca-se outros caminhos como as redes sociais, como instrumentos de mobilização social. Esse tipo de mídia eletrônica, já alcança muitas pessoas, principalmente os mais jovens e os engajados em processos de trabalhos permeados pela microeletrônica e outras tecnologias avançadas. Assim, integrando-se às redes sociais, os movimentos podem alcançar um grande número de pessoas.

Antes uma TV em uma casa era para todo mundo, depois passou-se a ter uma TV em cada quarto. Hoje, a TV é cada vez menos usada, as pessoas recorrem ao celular para obter todos os tipos de informação, como notícias e conteúdo que lhes interessam ou ainda recorrem aos grupos de discussão presentes nas redes sociais, possibilitando uma troca de conhecimento. Essa dinâmica já está fazendo parte da vida das pessoas, e daqui a pouco o celular tornar-se-á parte indispensável. E isso possibilita que cada vez mais as pessoas, de forma individualizada, acessem aos conteúdos de seus interesses. Isso não necessariamente significa a destruição da solidariedade. Entendo que mesmo neste contexto adverso, em que se chegou pelas vias do consumo exacerbado pelo propósito de acumulação do capital, essa mídia de cara nova, individualizada, pode fortalecer o caminho inverso, de superação da individualidade e reforço da solidariedade.

De alguma forma a imprensa do seu país contribui para a construção de uma imagem estereotipada dos Movimentos Sociais?

Acredito que a imprensa tem influência sobre os movimentos sociais, mas não os determinam. Cria estereótipos, sim. Interfere em suas ações. Criam dificuldades para estes movimentos, mas, contraditoriamente em algumas situações podem contribuir. Eu acho que nos últimos dias o bombardeio da imprensa sobre as denúncias da JBS S.A. influenciou o planejamento das ações dos movimentos sociais para o enfretamento do governo Temer, com a convocação de atos inesperados, etc. Todavia, provocou um sentimento de revolta da sociedade que aceitou melhor as manifestações do dia 24 de maio, ainda que notícias deturpadas tenham sido veiculadas, posteriormente. De qualquer modo, determinação dos meios de comunicação sobre os movimentos só ocorre se eles estiverem completamente desarticulados.

Consegue identificar as vinculações políticas e ideológicas dos principais veículos de comunicação do seu país? Quais as consequências dessas vinculações para as reivindicações dos Movimentos Sociais?

Acredito que a TV ainda é o meio de comunicação da massa, mais forte. Assim sendo, a televisão tornou-se o meio bastante útil ao capital que a controla e utiliza como apoio para viabilizar os seus interesses. Nesse campo, a Rede Globo, no Brasil, é detentora de grande poder, mesmo que existam outros canais em rede aberta. Assim é necessário se fazer um debate sobre o que significa esse monopólio e a forma de se fazer comunicação no Brasil. É necessário ainda avançarmos no debate sobre o significado da liberdade de imprensa em um país com tantas desigualdades sociais. Todas essas barreiras dificultam trabalhar em uma perspectiva de contraposição ao conservadorismo, ao projeto neoliberal e no fortalecimento das lutas anticapitalistas.

Essa imprensa controlada pelo grande capital tem influência na ação do Estado, seja em relação ao Legislativo, ao Judiciário, mas também, até em alguns momentos, ao Ministério Público e sua relação com a sociedade, bem com, em relação aos movimentos sociais. E particularmente, ela influencia para um movimento conservador, retardando e dificultando o movimento contrário, como é caso da sua influência nas questões de educação, como na defesa do projeto Escola Sem Partido. Assim, pode-se dizer que a imprensa é de fato um elemento de muito peso. O processo de construção de uma contra ideologia, de uma contra cultura, é uma luta longa.

Uma TV estatal tem peso diferente na formulação de ideologias?

Acredito que uma TV estatal pode ajudar, mas também é relativo, até porque no Brasil, por exemplo, nos temos uma TV que é a TV Brasil. Mas, sua penetração social é mínima. Além disso, o conteúdo veiculado dependerá de quem a controla. Hoje o Estado brasileiro e o seu aparelho é controlado pelo capital. É fato que no Brasil a sociedade não tem esse controle sobre estes meios de comunicação, mesmo os estatais. Veja que chegou a sair do ar, na TVE Brasil, o programa Sem Censura, apresentado por mais de dez anos por Leda Nagle. Um programa que todo brasileiro que quer ter um mínimo de discussão, gostava. Há anos que existia aquele programa no Brasil, e o governo decidiu retirar do ar, sem qualquer consulta a população.

Da mesma forma que o conteúdo veiculado é também definido sem a participação popular. No Brasil, quase nunca, os movimentos sociais são chamados a discutir, a se apresentar na grande mídia para aprofundamento dos debates sobre assuntos de interesse nacional, sejam nos meios estatais ou privados. Então não é simplesmente a condição de ser estatal, mas sim, de que tipo de Estado e como o seu aparelho é gerido, com qual perspectiva. Nesse momento de nossa história, a mídia alternativa, por exemplo, está sendo um contraponto importante para os movimentos sociais.

A Rede Globo teve queda de sua audiência nos últimos meses, mas isso não comprometeu a sua força. Os movimentos sociais têm contado com o apoio de grupos alternativos como o Mídia Ninja, os Jornalistas Livres e outras mídias alternativas que tem favorecido na luta de contra-hegemonia. Mas, ainda é pouco. É preciso avançar muito nessa direção, porque, se por um lado tem-se uma transmissão do Mídia Ninja sendo acessada por até o limite de um milhão de pessoas, por outro, a Rede Globo consegue atingir mais de 150 milhões em cinco minutos. Assim, a disputa ainda é muito desigual.

Há diferença da cobertura dos Movimentos Sociais pela imprensa do seu país e internacional? Você identifica fatos, protestos e manifestações em que a cobertura nacional foi diferente da internacional, no sentido de criminalizar os Movimentos Sociais?

Sim, as diferenças são claras. Por exemplo, o impeachment da presidente Dilma Rousseff. A imprensa internacional mostrou que foi um golpe, menos a brasileira. No dia em que houve a saída da presidente, eu estava na Itália e olhei os principais jornais do mundo, como New York Times dos Estados Unidos, ou La Repubblica da Itália, o El país, entre outros. Estes anunciavam um golpe no Brasil, enquanto os principais jornais brasileiros, como a Folha de São Paulo, deram a noticiam em sentido inverso. Durante todo o processo de impeachment, eu ainda estava na Itália, assim, se eu não recorresse à mídia alternativa brasileira ou aos jornais internacionais, eu teria tido uma visão distorcida dos fatos que ocorriam dentro do Brasil.

Outro fato de suma importância, foram as eleições presidenciais dos Estados Unidos que levaram Donald Trump ao poder. A eleição americana era acompanhada em toda a Europa. Na Itália somente se falava naquilo durante todo o dia, com uma repercussão gigante nos mais variados espaços de imprensa ou mídia. Você encontrava as pessoas na rua discutindo, comentando, conversando sobre uma eleição que interessa ao mundo todo. Já no Brasil, tínhamos uma transmissão e algumas pessoas ouviam. Não havia aquele clima da sociedade querer saber, se empolgar, se questionar sobre a repercussão da eleição nos Estados Unidos. Mas isso não se deve somente a imprensa. Tem a ver também com o nível de educação, nível de cultura, nível de informação e história de participação nas lutas, ainda que a imprensa tenha grande contribuição.

Na Itália eu participei de muitas manifestações políticas e nunca vi a polícia chegar a reprimir ninguém da forma terrível em que ocorre no Brasil, nem tão pouco a mídia deturpar tanto os fatos. Lá, os próprios movimentos sociais têm um modo de organização própria, sem essa violência, esses espancamentos que estão ocorrendo no Brasil, com apoio indireto da imprensa. Aqui tudo que se faz é acompanhado de uma repressão imensa. O que demonstra que o aparelho do Estado está a serviço de uma ideologia conservadora, neoliberal, influenciado pelo capital midiático. As notícias deturpadas sobre a greve do dia 28 de abril e do dia 24 de maio são exemplos, em que o foco da Rede Globo foram as depredações, reforçando assim a justificativa de uma intervenção militar.

Então, caso eu não estivesse presente, a minha visão seria uma visão absolutamente contrária às manifestações que ocorreram. Veja, por exemplo, os casos de denúncia envolvendo corrupção no Brasil. À imprensa, representada pelos conglomerados, como Globo, a todo o momento só mostravam um lado, o qual contribuiu para o desgaste dos partidos de esquerda. Ela – a Rede Globo –, só veio a demonstrar outro lado quando lhe interessou. Afinal, um dos seus principais patrocinadores estava envolvido no esquema de denúncia e também porque este cartel Globo, percebeu que o atual presidente Temer já não atendia mais aos seus objetivos, enquanto empresa. E isso somente demonstra que existe uma relação orgânica dos interesses do capital sendo refletido no desenvolvimento do Estado.

Qual a importância da imprensa para os Movimentos Sociais e quais as estratégias de comunicação possíveis de serem adotadas para dialogar diretamente com a sociedade?

Em primeiro lugar é vital entender que, nem os movimentos sociais conseguem fortalecer suas lutas, angariar mais adeptos, tampouco alcançar seus objetivos, se não conseguirem utilizar a imprensa e os meios de comunicação a seu favor. Então a imprensa torna-se fundamental, sendo um dos elementos mais estratégicos para a manutenção dos movimentos sociais, igualmente a sua sustentação financeira. Paralelamente a estes, o processo de formação política, formam o tripé necessário para os movimentos sociais conquistarem a autonomia, o fortalecimento, e o avanço em direção aos seus propósitos.

Em um contexto de mídia controlada pelo capital e monopolizada, visualiza-se como necessário a construção das mídias alternativas. E essas mídias vão desde a TVT (TV dos Trabalhadores), que é uma rede de emissora sindical brasileira, com programas voltados para formação política entre outros temas de interesse, como também, a criação de páginas *on line* que já estão sendo criadas como forma de intercâmbio e comunicação entre as pessoas, com *feedbacks*. Assim, superando somente a intensão de fazer formulários eletrônicos, mas, possibilitando trocas de conhecimento entre diversos grupos, como os que ocorrem nas redes sociais. Porém, tem-se que manter ainda alguns meios tradicionais, visto a necessidade de se fazer a mediação entre os diferentes públicos, os quais não são adeptos da comunicação virtual.

Além disso, tem-se que ter outras estratégias de disputa da grande mídia, como, por exemplo, a provocação das tv's estatais, no sentido de garantir a diversidade de informações. Todas essas estratégias devem estar associadas também a um movimento de denúncias, de abertura de processos, no sentido de punir essa mídia que fala tudo o que quer, sem sofrer prejuízos. Já existem casos de sucessos, onde a imprensa teve que se recompor sobre seus atos, e essas ações precisam ser continuadas para além do prejuízo financeiro, como no caso, a abertura do direito a resposta. Ademais é necessário construir canais cada vez mais específicos dos movimentos sociais com aqueles com quem se quer fazer a interlocução.

Nesse sentido, não se pode deixar de pautar que existem caminhos ainda pouco explorados, como os espaços educacionais, ou as tv's universitárias. Estas tv's são ainda pouco exploradas como espaço de debate, divulgação de pesquisa, como estratégias de construção de uma sociedade mais democrática, no sentido de apresentar a diversidade de opiniões. Existe, por exemplo, na Universidade de Brasília, uma tv que não possibilita uma maior participação da sociedade. A própria comunidade acadêmica não é alcançada, vivendo tranquilamente sem ela. Não existem alunos, professores, nem servidor que saiba a programação exata desta tv, ou seja, não estão envolvidos por ela. E este é um meio que poderia ser mais bem utilizado. Do mesmo jeito que os canais de algumas instituições públicas como a TV Justiça, a TV Senado, entre outros devem ser mais acessíveis à população em geral e aos movimentos sociais. Então, acredito que é

necessário pressionar cada vez mais essas emissoras públicas no sentido de democratizar a informação, de trazer a diversidade para o debate, mas também, criar mídias específicas vinculadas ao objetivo daqueles movimentos sociais. São estratégias imprescindíveis até o alcance de uma mídia pública democrática.

E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. Estes, que oprimem, exploram e violentam, em razão de seu poder, não podem ter, neste poder, a força de libertação dos oprimidos nem de si mesmos. Só o poder que nasça da debilidade dos oprimidos será suficientemente forte para libertar a ambos,

PAULO FREIRE (Pedagogia do Oprimido)



Universidade de Brasília

